

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 104ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos nove de maio de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587
8 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 104ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de
9 Assistência Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a
10 reunião fazendo a leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Luiz
11 Fernando de Abreu Xavier; Hélio Emiliano Moreira; Maria Aparecida Carneiro; Fausto de
12 Souza e Ana Luísa Gonçalves Prado. Em seguida, Sandra passou para o informe da
13 representante do gabinete do Vereador Carlão, Ilca Morais (assessora). Ela informou que o
14 motivo da sua presença na plenária tinha como objetivo voltar a falar sobre o tema
15 transparência e Controle Social. Disse que há um ano atrás foi realizada uma audiência
16 pública, com a presença do Conselho na mesa junto com mais 4 entidades, como objetivo de
17 discutir a transparência e o Controle Social das Contas da Câmara Municipal, cuja intenção,
18 era formar um fórum que discutisse mesmo a transparência das contas públicas. Disse que
19 isso tem a ver com um projeto de lei que, na verdade, é um projeto de lei sobre a
20 transparência das contas da Câmara, de autoria dos vereadores Carlão, Neila Batista e do
21 Arnaldo Godoi. Falou que se não fizéssemos uma discussão para o acompanhamento e
22 controle social envolvendo também as entidades, esse projeto não sai lá na Câmara e não é
23 aprovado de jeito nenhum. Informou que então começaram no ano passado, realizando uma
24 audiência pública, mas que depois parou por motivo de campanha. Destacou que de lá pra
25 cá, elaboraram um material mais didático e mais fácil para as pessoas entenderem, com
26 algumas perguntas básicas do que seria esse projeto de lei. Propôs ao Conselho que
27 conhecesse um pouco mais sobre esse projeto e sobre as Comissões que não é nenhuma
28 inovação, a não ser na própria Câmara Municipal de Belo Horizonte, pois ele já existe na
29 Assembléia Legislativa. Ilca falou que estão tentando envolver os Conselhos Municipais, a
30 Sociedade Civil, as Entidades, a Igreja e aqueles setores que consideram importante a
31 transparência das contas públicas e o controle pela sociedade do dinheiro que é nosso.
32 Convidou o Conselho a participar de uma Audiência Pública que será realizada dia 13/06/07
33 para fazer parte da mesa e vê como que juntos podemos contribuir para que isso vire uma
34 realidade em BH. Finalizou deixando o material, dizendo que depois irá oficializar o convite
35 do dia 13/06 para o Conselho. Logo após, Sandra informou que a Ata da 102ª Plenária foi
36 enviada com antecedência e solicitou que fossem apresentados os destaques para as
37 alterações na 102ª Ata. Não foram apresentados nenhum destaque. Colocada em votação foi
38 aprovada com 19 votos e 3 abstenções. Depois, Sandra passou para o Secretário Executivo
39 do CMAS/BH, Domingos Sávio de Araújo, a leitura da 103ª Ata Ordinária do dia 11/04/07.

40 Após a leitura foram solicitados várias correções e alterações da ata que serão incorporados
41 na Ata anterior (103ª Plenária). A conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga disse que em relação
42 as discussões ocorridas durante o processo de apresentação de correções dessa ata (103ª),
43 o Conselho deve ficar atento para não confundir o momento de aprovação da ata, com os
44 desdobramentos que a deliberação da plenária anterior deu e que precisa ser pauta e
45 agenda desse Conselho. Destacou que o Conselho deve ter o cuidado de não misturar a
46 aprovação da ata e ao mesmo tempo pautar assuntos que vão decorrer da plenária anterior.
47 Léa sugeriu que fosse pautado os desdobramentos desse assunto da ata anterior para a
48 próxima plenária, pois têm questões ainda que precisam ser discutidas, se não o Conselho
49 fica discutindo um assunto da ata anterior e ele tem é que vir na pauta do Conselho, para
50 então, continuar a discussão. Sandra encaminhou para votação as duas propostas que
51 surgiram em relação à aprovação dessa Ata, sendo: Proposta n.º 1: A ata deverá ser
52 revisada, ficando suspensa para a próxima plenária sua aprovação, devendo ser recuperado
53 o conteúdo das fitas gravadas. A outra proposta (2) foi de rever a ata, a partir da escuta da
54 fita e colocar a mesma fiel a toda discussão, devendo ser aprovada hoje com esse
55 encaminhamento, voltando posteriormente em outro momento a discussão dos
56 desdobramentos do que foi aprovado na última plenária (103ª). Sandra colocou em votação
57 as duas proposta, sendo aprovada a Proposta n.º 1, com 20 votos a favor, 2 abstenções e
58 um voto contrário. Em seguida, Sandra Regina apresentou os pontos de pauta: 1)
59 Apresentação e discussão da Renovação da Inscrição de Entidades de Educação; 2) Informe
60 sobre a Posse dos Conselheiros Municipais; 3) Discutir a realização da VII Conferência
61 Municipal de Assistência Social e 4) Informes Gerais. Passou então, para a conselheira Edna
62 Lúcia do Carmo Andrade da Comissão de Normas, apresentação do 1º Ponto de pauta –
63 Renovação da Inscrição de Entidades de Educação. A conselheira Edna Lúcia disse que foi
64 nomeada hoje como representante da Comissão de Normas para fazer a apresentação
65 desse ponto, devido ao fato de já estar no Conselho há 4 anos e que nesse mesmo período
66 vem acompanhando o processo de inscrição da PUC – Pontifícia Universidade Católica de
67 Minas Gerais, cuja mantenedora é a Sociedade Mineira de Cultura. Edna informou que
68 participou na segunda feira (dia 07/05/07) de uma reunião na PUC que contou com a
69 presença da equipe técnica da PUC, de alguns conselheiros e do Sávio pela Secretaria
70 Executiva, para avaliação e discussão dos projetos realizados pela Universidade através da
71 Pró-Reitoria de Extensão. Edna falou do interesse da PUC em está adequando suas ações
72 em consonância com as diretrizes da Política desse Conselho. Falou que houve um avanço
73 muito significativo e importante por parte da PUC nesses 4 anos que venho acompanhando
74 esse processo pela Comissão de Normas. Edna informou que a mantenedora (Sociedade
75 Mineira de Cultura) não tem unidade só em BH. A mantenedora é de abrangência estadual e
76 possui outras unidades em Betim, Contagem, Poços de Caldas e Arcos. Informou que em
77 Belo Horizonte a PUC Minas possui três unidades, sendo: no Coração Eucarístico, São
78 Gabriel e Barreiro, além dos cinco Colégios Santa Maria, unidades: Cidade Nova, Nova

79 Suíça, Pampulha, Floresta e Coração Eucarístico. Edna pontuou que com isso, de acordo
80 com a resolução n.º189 de 2005 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a
81 inscrição no Conselho será somente para as unidades em BH citadas acima e não para a
82 mantenedora. Ressaltou que essa informação é para clarear esse ponto, que facilitará a
83 plenária entender os resultados e valores que serão apresentados. Apresentou o Quadro
84 Explicativo da justificativa de gratuidade da PUC (unidades Coração Eucarístico, Barreiro e
85 São Gabriel) e dos Colégios Santa Maria (unidades – Cidade Nova, Nova Suíça, Pampulha,
86 Floresta e Coração Eucarístico). Edna fez a leitura dos valores que foram aplicados em
87 gratuidade e considerados pela Comissão de Normas do Conselho, sendo: Renda Bruta de
88 R\$217.276.117,11; a gratuidade a ser aplicada (20%) é de R\$43.455.483,00 e a gratuidade
89 aplicada em Belo Horizonte foi de R\$27.072.769,00. Explicou que do total da gratuidade
90 aplicada em BH, R\$25.294.852,28 foi gratuidade em bolsas de estudo consideradas pelo
91 Conselho; sendo que o valor da gratuidade considerado em Projetos foi de R\$1.778.241,00.
92 Edna também fez a leitura dos valores da gratuidade por unidade que foram desmembrados
93 e entregues aos conselheiros das três unidades da PUC, sendo: 1) PUC Barreiro: Renda
94 Bruta = R\$10.211.541,44, Gratuidade (20%) = 2.042.308,00, gratuidade em Bolsas =
95 R\$2.517.632,88, Gratuidade em Projetos = 70.002,16, Total da gratuidade dessa unidade =
96 2.587.635,00. 2) PUC unidade São Gabriel apresentou como Renda Bruta R\$37.331.555,30,
97 Gratuidade (20%) = R\$7.466.311,00, Gratuidade em Bolsas = R\$7.332.376,09, gratuidade
98 em Projetos = 7.744.689,00, total da gratuidade dessa unidade = R\$7.744.689,00. 3) PUC
99 Coração Eucarístico apresentou como Renda Bruta R\$148.464.545,93, Gratuidade (20%) =
100 R\$29.693.000,00, Gratuidade em Bolsas = R\$13.942.099,88, Gratuidade em Projetos =
101 R\$1.294.926,07, total da gratuidade dessa unidade = R\$15.237.702,00. Logo após, Edna fez
102 a leitura dos valores da gratuidade aplicados por unidade dos cinco Colégios da rede Santa
103 Maria que foram também desmembrados, sendo: 1) Colégio Santa Maria – Cidade Nova:
104 Renda Bruta = R\$3.025.095,44, Gratuidade a ser aplicada (20%) = R\$605.190,00,
105 Gratuidade em Bolsas = R\$192.219,00, Total da Gratuidade desse Colégio foi de
106 R\$192.219,00. 2) Colégio Santa Maria – Unidade Nova Suíça: Renda Bruta =
107 R\$3.840.405,99, Gratuidade (20%) = R\$768.081,00, Gratuidade em Bolsas considerado =
108 255.516,43, Total da Gratuidade = R\$255.516,43. 3) Colégio Santa Maria – Unidade
109 Pampulha: Renda Bruta = R\$3.356.223,38, Gratuidade (20%) = R\$671.244,60, Gratuidade
110 em Bolsas considerado = R\$274.547,00, Total de gratuidade = R\$274.547,00. 4) Colégio
111 Santa Maria – Unidade Floresta: Renda Bruta = R\$5.099.849,63, Gratuidade (20%) =
112 R\$1.019.969,00, Gratuidade em Bolsas considerado = R\$413.641,00, total da gratuidade
113 R\$413.641,00. 5) Colégio Santa Maria Unidade Coração Eucarístico: Renda Bruta =
114 R\$5.946.900,00, gratuidade (20%) = R\$1.189.380,00, gratuidade em Bolsas considerado =
115 R\$366.820,00, Total da gratuidade = R\$366.820,00. Acrescentou que em relação aos
116 Colégios não foi utilizado como justificativa de gratuidade nenhum projeto. Em relação as
117 bolsas de estudo dos Colégios foi apresentado um montante maior no valor da concessão

118 das mesmas, mas que a maior parte não foi considerado pelo Conselho por constituir
119 descontos de 25% do valor da mensalidade, contrariando os critérios da resolução 020/00 do
120 CMAS/BH, que estabelece o percentual mínimo de 50%. Edna informou que houve algumas
121 discussões na reunião com a PUC que resultou numa proposta de adequação à Política de
122 Assistência Social, que está sendo assumido agora por uma nova direção, que tem a
123 intenção de acompanhar e investir mais em BH, de acordo com as diretrizes do Conselho e
124 da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAAS. Destacou que essa negociação
125 constitui um avanço, pois foi assumido pela direção da PUC, através da Pró-reitora de
126 Extensão, o compromisso de investir mais em BH, cuja proposta foi denominada “Proposta
127 de Adequação à Política de Assistência Social PROEX 2007 – 2010”. Edna fez a leitura da
128 Proposta, dizendo que todos os conselheiros estavam recebendo uma cópia da mesma, pois
129 foi um documento apresentado ao Conselho, firmando um compromisso de adequação à
130 Política de Assistência Social, devendo portanto ser publicizado. Destacou que foi avanço
131 considerável, fruto das diversas negociações já realizadas com a PUC e que a intenção
132 colocada na reunião realizada com a mesma, resultou nesse compromisso de um maior
133 investimento aqui, a partir deste ano junto com o CMAS e a SMAAS. Falou que em relação
134 as recomendações a Comissão de Normas solicitou que fosse amplamente divulgado nos
135 Conselhos Regionais de Assistência Social – CRAS e nas Comissões Locais de Assistência
136 Social – CLAS das regiões onde se tem atuação, bem como, nos serviços da Assistência
137 Social todos os projetos e serviços oferecidos pela instituição aos usuários da Assistência
138 Social. Disse que a PUC possui alguns projetos significativos (tais como Cirineu e Rondon
139 Minas) desenvolvidos fora do município (Cirineu em Nova Contagem/Rondon, no Vale do
140 Jequitinhonha) e que há a intenção de implantar nesse ano, no bairro 1º de Maio o
141 Projeto "Rondon". Informou também que a PUC está interessada em promover um curso de
142 capacitação para os contadores de entidades filantrópicas inscritas no CMAS. Edna
143 esclareceu que não foram contemplados os projetos de extensão que entram no currículo do
144 aluno como estágio, tais como: o serviço de fisioterapia, odontologia e psicologia da PUC.
145 Eles foram excluídos do cálculo da gratuidade apresentada, pois não pode ser considerado
146 como gasto filantrópico. Edna finalizou dizendo que diante de todos esses avanços, de todos
147 os projetos apresentados e analisados pela Comissão de Normas durante todo esse tempo,
148 que o parecer da Comissão seria favorável a inscrição. Informou que na Plenária estavam
149 presentes alguns representantes da PUC, inclusive assistentes sociais, representantes dessa
150 equipe técnica, que poderiam dar mais alguma informação adicional. Sandra passou para a
151 representação da PUC complementar as informações. A professora Regina Coeli de Oliveira
152 disse estar representando a Escola de Serviço Social como colaboradora neste Conselho.
153 Disse que embora não tenha participado da reunião que discutiu a inscrição da PUC, falou
154 que a Política de Extensão da PUC, como está no documento, foi aprovada recentemente, e
155 que portanto, considera a aproximação com a Política Municipal de Assistência Social
156 fundamental. Falou que do ponto de vista da Escola, gostaria de contribuir e de saber quais

157 são as demandas concretas, através dessa nova proposta, para potencializar o trabalho. A
158 outra representante da PUC, Mônica Abranches, fez alguns esclarecimentos em relação a
159 Pró-Reitoria de Extensão da PUC e a Política de Extensão Universitária. Disse que a PUC
160 tem todo o interesse de atender e trabalhar com a Política de Assistência Social. Colocou 2
161 pontos que considerou importante para o processo de negociação da inscrição da PUC junto
162 ao Conselho. O primeiro foi a importância da pressão e das recomendações que o CMAS fez
163 a PUC. Disse que eles estão acompanhando esse processo de reestruturação da Política de
164 Extensão da PUC – Minas e que essa discussão foi muito importante. Informou que fizeram a
165 opção por trabalhar com comunidades vulneráveis socialmente e que a PUC também está se
166 adequando a Política Nacional de Extensão colocada pelo Ministério da Educação – MEC.
167 Falou que fica muito complicado para eles porque não pode atender só a Assistência Social,
168 tem que atender também outras temáticas. Informou que está sendo feito um trabalho de
169 reorganização/reestruturação da Política Universitária e que o Conselho de Assistência entra
170 com um peso muito grande, dizendo que é preciso readequar, ter um compromisso com a
171 Política de Assistência Social para se inscrever no CMAS. Então, essa reestruturação já está
172 sendo feita. Nesse aspecto, falou que a presença do Conselho fez uma diferença muito
173 grande do que vai ser a Pró-Reitoria e a Política de Extensão daqui pra frente. O segundo
174 ponto, destacado por Mônica, complementando essa questão, é que a atuação da PUC não
175 se restringe só a BH e a Assistência Social, por isso, o fato de não ter atingido a totalidade da
176 aplicação, pois possui muitos projetos em outros locais. Destacou que nessa nova
177 reestruturação eles tem oito núcleos temáticos, nos quais são desenvolvidos Projetos na área
178 da saúde; comunitários; Sociedade Inclusiva; Instituto da Criança e do Adolescente – ICA
179 que trabalha com políticas de proteção à criança; Núcleo Educativo; o Observatório de
180 Políticas Urbanas e um Núcleo específico que se chama “PUC mais Idade” voltado para a
181 Terceira Idade. Falou que não vão ter mais projetos pulverizados e que a idéia é que dentro
182 desses núcleos a PUC se aproxime da Prefeitura de Belo Horizonte, do Conselho e pense
183 nesses projetos com mais investimentos para dar um impacto social diferente. Solicitou que
184 sejam indicados qual é a prioridade regional e a prioridade de público para que se possa
185 fazer este investimento da Filantropia corretamente. A outra representante da PUC,
186 Rosângela Cláudio Gonçalves Freitas, assistente social e assessora da Secretaria de Ação
187 Comunitária disse que trabalha diretamente com a concessão das bolsas de estudo.
188 Informou que são 16 assistentes sociais nas diversas unidades da PUC que trabalham com
189 as bolsas. Explicou como eram concedidas as bolsas. Disse que com o advento do PRO-UNI
190 as regras de concessão de bolsas tiveram que se adequar aquilo que o PRO-UNI estabelece
191 como critérios. Informou que esses critérios são: a primeira coisa, o aluno precisa ter feito a
192 prova do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e que conta em 1º lugar não é a
193 condição sócio-econômica. É a classificação, ou seja, a nota que o aluno obteve junto a
194 prova do ENEM. Informou que o PRO-UNI estipula como critério para se obter uma bolsa de
195 100%, é que o aluno tem que ter uma renda per capita de um salário mínimo e meio. Falou

196 que uma desvantagem do PRO-UNI é que a condição sócio-econômica nesse Programa
197 Nacional não é a prioridade, mas que a PUC tem sido muito rígida para fazer a seleção dos
198 alunos contemplados pelo PRO-UNI. Falou que a PUC tem mandato insistentemente várias
199 recomendações ao MEC, no sentido de que isso seja revisto, ou seja, que se olhe primeiro a
200 condição sócio-econômica. Destacou que o PRO-UNI também tem uma vantagem muito
201 grande porque foi muito bem divulgado e tem alcançado um n.º grande de pessoas
202 ingressando no ensino superior e que o aluno que vem do ENEM não precisa fazer
203 vestibular, ele ganha a bolsa e a vaga. Logo após, foram feitas algumas intervenções e
204 esclarecimentos à plenária. A conselheira Léa Lúcia deu o informe de que a mesa diretora do
205 Conselho reuniu com a PUC para tratar dessas questões que já vinham sendo colocadas.
206 Então, em função dessa reunião acabou apropriando de mais informações do que a
207 Comissão de Normas apontou. Léa fez uma sugestão de encaminhamento em relação ao
208 documento que foi apresentado, ou seja, que o título (da proposta) fosse substituído por
209 “Compromissos assumidos pela PUC/MG para adequação à Política de Assistência Social”.
210 Solicitou que esse documento entregue aos conselheiros fosse apresentado ao Conselho em
211 papel timbrado e assinado pela direção da entidade. Léa disse que já havia conversado com
212 Sandra sobre a importância de estruturar o setor de inscrição de entidades daqui do
213 Conselho e que avalia que toda documentação e essa fundamentação vai ajudar inclusive na
214 organização desse setor. Terminada as exposições, Sandra encaminhou a votação, sendo
215 aprovada a inscrição da PUC e dos Colégios Santa Maria com 20 votos a favor e 1
216 abstenção. Em seguida, Sandra passou para a conselheira Edna Lúcia a apresentação da
217 renovação da inscrição da Fundação José Fernandes de Araújo. Edna fez a apresentação da
218 renovação informando os seguintes dados: A Fundação possui Renda Bruta de
219 R\$944.320,06 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$188.864,01, a gratuidade aplicada em
220 BH foi de 702.415,00. A fundação apresentou como justificativa de gratuidade a concessão
221 de 320 bolsas de estudo, ou seja, de auxílio financeiro para os alunos matriculados na PUC
222 Minas. Terminada a apresentação foram feitos alguns esclarecimentos à plenária. A
223 conselheira eleita, Cristiane Nazareth da Silva, perguntou qual a relação da Fundação com a
224 PUC e também qual a relação dessas bolsas com as bolsas que são da PUC. A conselheira
225 Edna Lúcia informou que a representante (Lúcia Helena Leite Diniz – assistente social) da
226 Fundação teve que sair da plenária, mas que a Fundação é uma entidade que foi criada para
227 conceder bolsas a alunos da PUC de baixa renda. Então, hoje quem procura essa entidade
228 são alunos que não são contemplados pelo PROUNI e que as bolsas consideradas pelo
229 Conselho são somente as que estão dentro dos critérios da resolução do Conselho. Edna
230 concluiu dizendo que o parecer da Comissão de Normas foi favorável. Sandra encaminhou a
231 votação sendo aprovada a renovação com 21 votos. Na seqüência, Sandra passou para Léa
232 a apresentação do segundo ponto de pauta – Posse dos Conselheiros Municipais de
233 Assistência Social. Léa informou que a posse foi marcada para o dia 25/05/2007 às dez
234 horas na Prefeitura de Belo Horizonte, situada na Av. Afonso Pena, 1212. Falou que todos os

235 conselheiros (titulares e suplentes) que já foram eleitos serão empossados nesta data.
236 Solicitou que o Conselho envie uma carta ou e-mail lembrando o convite. Em seguida Léa
237 apresentou o terceiro ponto de pauta – Realização da VII Conferência Municipal de
238 Assistência Social. Léa falou que na última plenária ela e Sandra estariam indo para São
239 Paulo com o objetivo de obter e trazer orientações para organizar a conferência. Informou
240 que foram realizadas quatro reuniões da Comissão Organizadora da Conferência junto com
241 os Gerentes Regionais de Assistência Social e foi definida a Conferência. Ficou decidido que
242 a Conferência será em três etapas distintas. Falou também que estava na pauta uma
243 avaliação das deliberações de 2005. Então, nós transportamos isso para o dia 23/05/2007,
244 no horário de 13h às 17:30 horas no Conselho, para fazer uma reunião ampliada do conselho
245 com a presença dos Conselheiros Regionais e Comissões Locais de Assistência Social. Essa
246 Plenária Ampliada será exclusivamente para avaliar as deliberações de 2005, ou seja, o que
247 fizemos, o que não fizemos, porque não fizemos e o que vamos fazer ainda. Então precedido
248 dessa etapa os Gerentes de Assistência Social assumiram o compromisso de fazer reuniões
249 preparatórias nas regionais. Informou que já existe um calendário dessas reuniões que foi
250 entregue a vocês. Então todas as regionais vão preparar os conselheiros regionais com a
251 avaliação para a reunião ampliada do dia 23/05/2007. Será conferido tudo o que foi
252 deliberado, onde vamos analisar e avaliar o tamanho da situação. Informou também que
253 antes da reunião ampliada deverá ser feita em todas as regionais reuniões preparatórias.
254 Será iniciado com o Barreiro no dia 16/05/2007 e vai até dia 22/05/2007 com a regional
255 Centro-sul. Depois da Plenária Conjunta tem as Prés-conferência que já tem datas definidas,
256 com o calendário também já entregue. Foi feita uma distribuição de 3 Prés-conferência por
257 final de semana para que houvesse um equilíbrio, pois vai movimentar todo o Conselho, a
258 Secretaria e além disso, o teatro vai estar presente. Sendo assim, solicitou a Nordeste que
259 estava com sua Pré marcada para o dia 30/06 (4ª Pré marcada), pudesse passar para o dia
260 16/06. Falou como vai ser trabalhada as Prés-conferência e apresentou a proposta de
261 conteúdo. Será levado um consolidado das deliberações da Conferência de 2005. Tudo que
262 for avaliado dia 23/05 será reportado na Conferência para dar ciência a todos os participantes
263 do que foi implementado ou não das deliberações, pois é o 1º eixo da Conferência. A
264 Conferência terá como tema “Compromissos e Responsabilidades para assegurar proteção
265 social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. Então a avaliação do que foi feito
266 de 2005 a 2007 é parte da Conferência, por isso será dedicado a Plenária Ampliada para
267 esse objetivo. Quando chegar na Pré-conferência a avaliação já está pronta e os
268 participantes da Pré vão dedicar então, a construção das prioridades para 2007 a 2015
269 referenciados nos 10 direitos sócio-assistenciais, que foram na Conferência passada. A idéia
270 é ter a abertura com uma fala da Secretaria de Assistência Social e as regionais irem
271 imediatamente para o trabalho de grupo na parte da manhã, para poder então elencar os
272 direitos sociais e as prioridades de cada regional, em relação a eles. Na parte da tarde teria
273 uma mesa com a participação do Conselho e da Secretaria, onde será devolvida a avaliação

274 do que foi feito de 2005 a 2007. Os grupos de trabalho vão dizer o que eles querem ver
275 realizado de 2007 a 2015. Será jogado em peso significativo de conteúdo e de importância
276 nas Prés-conferência. Todas as Prés deverão ser realizadas de 8 as 17:00 horas, garantindo
277 o tempo de uma boa discussão. Informou que a Conferência Municipal de Assistência Social
278 será realizada nos dias 13 e 14 de julho de 2007. Na Conferência será apresentado o
279 consolidado que já passou por todas as Prés das deliberações e a discussão das regionais
280 em relação aos direitos sócio-assistenciais e a priorização de 2007 até 2015. Falou que a
281 idéia é materializar os direitos para que todos se apropriem da lógica do direito com ação
282 concreta. Exemplificou com o NAF/CRAS. Informou que a Comissão Organizadora irá reunir
283 sexta-feira dia (11/05) e que a metodologia ainda não está definida e nem o formulário,
284 porque estamos aguardando também a orientação do Conselho Estadual de Assistência
285 Social – CEAS para repassar informações. Léa disse que a Comissão Organizadora ficou
286 muito preocupada ao fazer a leitura da resolução do CEAS ao definir a quantidade de
287 delegados para a Conferência Estadual. A preocupação é que o CEAS decidiu que cada
288 município vai poder levar 6 delegados para a Conferência Regional, para daí então, tirar a
289 delegação para a Conferência Estadual. A Comissão avaliou que para BH é muito pouco o
290 n.º de delegados e esse critério está desigual. Falou que foi construída uma proposta na
291 Comissão Organizadora para referendo da Plenária. A proposta é trabalhar com a lógica da
292 Política Nacional que é por porte de municípios na tiragem de delegados para que cidades
293 grandes e metrópoles possam ter o quantitativo diferenciado, conforme foi a lógica da
294 Conferência anterior. Então, o nosso pleito é manter 64 delegados para BH para a
295 Conferência Regional da Região Metropolitana e manter os 16 para a Conferência Estadual.
296 Explicou que com isso é necessário que o Conselho faça um posicionamento por escrito e
297 envie uma correspondência para o CEAS, e que também, possa fazer a gestão política lá
298 para o Conselho conseguir essa alteração. Aos final, Léa encaminhou a proposta que a
299 Comissão Organizadora fez de reivindicar no CEAS 64 delegados regionais e 16 estaduais,
300 para autorização da plenária, sendo aceito esse encaminhamento. Logo após, Sandra
301 passou para os Informes Gerais. Sandra informou que a União dos Conselhos está
302 representado aqui pelo Conselho de BH no CEAS e a Sociedade Civil está representada no
303 CEAS na Coordenação da Comissão de Política. Disse que é um informe que considera
304 importante, pois é uma forma de estar mais próximo do CEAS para falar e cobrar as
305 demandas que vem sendo apontadas que é de responsabilidade do Estado e que o Conselho
306 Estadual precisa de cobrar do Estado. Outro informe foi sobre a realização da Plenária
307 Conjunta do CMAS e do Conselho Municipal do Idoso – CMI e que a ata constando a
308 discussão será encaminhada posteriormente. Nada mais havendo, eu Léa Lúcia Cecílio
309 Braga, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a
310 presente ata. Belo Horizonte, 09 de maio de 2007.